



CENTRO DE ESTUDOS
EuroDefense – Portugal

Mesa Redonda

***O Ambiente, a Energia e a
Segurança
na Cimeira UE-África***

Sínteses EuroDefense – 14

Lisboa, Dezembro de 2007

Temas de Debate

O debate insere-se no quadro da Presidência portuguesa da União Europeia considerando-se que, no contexto do relacionamento UE-África, será fundamental equacionar as novas ameaças globais que incidem sobre o ambiente devido ao consumo excessivo de recursos energéticos não renováveis e as respectivas consequências para a segurança, entendida em sentido lato.

A formulação da “estratégia conjunta UE-África” não poderá deixar de ter em conta que, em África, os problemas relacionados com o Ambiente, a Energia e a Segurança são diferentes daqueles que se verificam noutros continentes, embora as suas consequências a todos afetem, porventura com maior gravidade para os países menos desenvolvidos e mais vulneráveis.

Por isso e para que da Mesa Redonda pudessem resultar ideias e conclusões úteis, foram sugeridos aos participantes os seguintes temas de debate:

- **Melhoria das condições ambientais em África face à sobrepopulação, ausência de saneamento básico, doenças endémicas, desertificação e desordenamento urbano;**
- **Organização da produção e do consumo de energia, gestão das reservas de combustíveis fósseis e maximização do aproveitamento de energias renováveis, onde Portugal poderia dar um contributo significativo;**
- **Análise das vantagens e desvantagens das culturas energéticas, face às necessidades alimentares e à desflorestação que a elas possa estar associada;**
- **Criação e manutenção de sistemas, medidas e forças de segurança com apoio da UE para intervenção africana em catástrofes e calamidades (secas, incêndios e inundações).**

Índice

Temas de Debate	1
Introdução.....	3
Síntese da Mesa Redonda.....	4
1. Enquadramento geopolítico e geoestratégico	4
2. O Ambiente, a Energia e a Segurança.....	5
2.1. A relação entre o Ambiente, a Energia e a Segurança.....	5
2.2. O Ambiente	6
2.3. A Energia	8
2.4. A política integrada Clima / Energia da UE.....	9
2.5. A Segurança.....	10
3. A Cimeira UE-África.....	13
3.1. Os objectivos da Cimeira	14
3.2. A especificidade da UE em relação ao Ambiente, Energia e Segurança.....	16
3.3. A especificidade de África em relação ao Ambiente, Energia e Segurança	16
4. Reflexões finais	17
Ideias – Força.....	20
MEMORANDO – O Ambiente, a Energia e a Segurança na Cimeira UE-África	22
1. O Continente Africano e o Subdesenvolvimento	22
2. A Cimeira UE-África (Conforme a orientação do MNE sobre a Cimeira).....	23
3. A Cimeira UE-África e o Ambiente, a Energia e a Segurança	25
3.1. Os problemas ambientais no continente africano	26
3.2. O consumo de energia no continente africano	26
3.3. A segurança em sentido lato e global	27

Introdução

No âmbito das suas actividades, a Associação Industrial Portuguesa e o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal organizaram e realizaram, em parceria e nas instalações da AIP, no dia 20 de Novembro de 2007, a Mesa Redonda “**O Ambiente, a Energia e a Segurança na Cimeira UE-África**”.

Aproveitando a oportunidade da realização da Cimeira UE-África, esta Mesa Redonda teve como finalidade promover a reflexão e o debate sobre os problemas do ambiente e das alterações ambientais provocadas pelos actuais padrões de consumo de energia e suas consequências para a segurança, com enfoque específico na identificação de elementos essenciais a integrar na formulação da “Estratégia Conjunta UE-África”.

Para abordarem os temas propostos para esta Mesa Redonda foram convidados os seguintes especialistas: **Dr.^a Alexandra Ferreira de Carvalho, Dr. José Eduardo Martins, Comendador Henrique Neto, Dr.^a Elisabete Cortes Palma, TGen. António Fontes Ramos, Cor. Carlos Coutinho Rodrigues e Embaixador José Tadeu Soares.**

Assistiram ainda, como convidados, diversas personalidades interessadas nas questões relativas ao ambiente, à energia e à segurança, que também intervieram no debate.

O Documento Síntese que agora se edita foi organizado a partir das exposições e debate ocorridos durante a Mesa Redonda, tendo também em referência o documento sobre o tema, elaborado e anteriormente difundido pelo EuroDefense-Portugal.

A elaboração da síntese da Mesa Redonda, cuja metodologia foi do conhecimento dos participantes, é da responsabilidade do EuroDefense-Portugal e visa constituir-se num instrumento de registo e difusão limitado a entidades com interesse no tema.

A Comissão redactora do presente documento foi constituída por: ***TGen Eduardo Mateus da Silva (coordenador), Dr. Rui Madaleno, MGen Mário Lemos Pires, CAIm José Alves Correia e Dr.^a Ana Magalhães.***

Aqui renovamos os nossos agradecimentos a todos os participantes na Mesa Redonda pela sua disponibilidade e empenho nesta reflexão aprofundada, bem como a todos que colaboraram na organização desta actividade.

Lisboa, Dezembro de 2007

O Presidente da Direcção

António Figueiredo Lopes

O Ambiente, a Energia e a Segurança na Cimeira UE-África

Síntese da Mesa Redonda

1. Enquadramento geopolítico e geoestratégico

As alterações climáticas resultantes das emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEEs), na sua maior parte devidos à utilização de combustíveis fósseis, constituem uma das maiores ameaças em termos geoestratégicos e geopolíticos porque condicionam ou, no limite, até podem pôr em causa a existência da vida na terra.

Em termos geoestratégicos, devido à desigual distribuição geográfica quer dos jazigos de combustíveis fósseis, quer dos principais países consumidores desses combustíveis e emissores de GEEs, cujas consequências afectam por igual toda a biosfera independentemente dos locais onde são emitidos, embora assumindo maior gravidade nos países menos desenvolvidos e por isso mais vulneráveis.

Em termos geopolíticos porque as medidas necessárias exigem uma concertação complexa e delicada de todos os governos, de acordo com o princípio das suas responsabilidades comuns, embora diferenciadas.

A medida mais racional e coerente seria a diminuição do consumo de combustíveis fósseis, mas é obviamente uma medida difícil de aplicar face às crescentes necessidades de energia, aliadas à inércia demonstrada pelos países mais desenvolvidos para alterar hábitos de consumo e aos investimentos exigidos que penalizam, sobretudo, os países que consomem pouco. Contudo, é cada vez mais evidente que se pode reduzir a intensidade carbónica do PIB e melhorar a eficiência energética, procurando não comprometer demasiado as metas do desenvolvimento económico, o que pode contribuir para o desejável decréscimo da utilização de combustíveis fósseis.

O que parece certo é que os custos da inação e da manutenção do *statu quo* são maiores do que os das acções requeridas. Mas também nos defrontamos com o facto de não ser viável, no curto prazo, substituir os combustíveis fósseis por fontes de energia não poluentes ou renováveis. Por isso, nos acordos existentes, como é o caso do Protocolo de Quioto que nem sequer foi ratificado por todos os países, as medidas aprovadas ficaram aquém do desejável. Assim, pelo menos no curto prazo, encontramos-nos numa situação paradoxal pois, mesmo que seja conseguido um novo acordo mais exigente e restritivo, o consumo de combustíveis fósseis vai continuar a aumentar.

A política externa tem sido basicamente ditada pela necessidade da procura. O Mundo precisa de muito mais energia e como, no imediato, a procura total só poderá ser satisfeita recorrendo aos combustíveis fósseis, isso terá um impacto substancial nas relações

geopolíticas. Só uma gestão mais eficiente da procura e o aumento da eficiência energética poderá minimizar esta situação.

Algumas previsões, nomeadamente da Agência Internacional da Energia, apontam no sentido de que nas duas próximas décadas, a energia consumida pode crescer 50 % e a procura de petróleo aumentar mais de 30%. O factor central no crescimento global desta procura são os países emergentes, em particular a China e a Índia. A China, até 2020, pode aumentar o consumo em 150% e a Índia poderá duplicá-lo.

A Agência Internacional da Energia admite que tal aumento da procura de combustíveis fósseis possa ser satisfeito, pelo menos no curto prazo, caso sejam feitos investimentos substanciais na exploração de novas jazidas. No entanto, as áreas consideradas necessárias para o aumento da oferta estão localizadas em zonas instáveis, envolvendo riscos acrescidos, tais como o Mar Cáspio, a Venezuela, a África Ocidental e o Sul da Ásia.

Isto significa que, nos próximos anos e a nível mundial, qualquer “arritmia”, qualquer crise num destes elementos causará uma tal perturbação que ultrapassará o que seria de esperar, pelo que se torna crucial a gestão global das situações de crise.

Neste quadro, tem particular relevo a inexistência de uma Política Comum da UE relativamente a África, quando são necessárias políticas participadas que tenham em conta as significativas mudanças que neste continente têm ocorrido em anos mais recentes. Os 10 anos de crescimento médio de África atingindo os 5,4 % e o 4º ano de crescimento forte da África Subsaariana não podem deixar de ser assumidos como um desafio no que toca à sustentação do crescimento, à diversificação das bases e à redução das bolsas de pobreza, bem como uma oportunidade de investimento, com benefício para ambas as partes.

2. O Ambiente, a Energia e a Segurança

2.1. A relação entre o Ambiente, a Energia e a Segurança

A conjugação dos temas do Ambiente, da Energia e da Segurança encontra-se no topo da Agenda devido a um conjunto de factores, dos quais merecem referência:

- A consciência de que não há dúvidas sobre as consequências do consumo de combustíveis fósseis nas emissões de GEEs e nas resultantes alterações climáticas;
- A atribuição do Prémio Nobel da Paz ao Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) e a Al Gore;
- A apresentação do 4º Relatório do IPCC em 17 de Novembro de 2007, em Valência, reforçando as conclusões preocupantes dos anteriores sobre o aumento da temperatura, a subida do nível do mar e outras. O seu Presidente declarou mesmo “Se não fizermos nada até 2012, será tarde demais”;
- A realização da Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, em Bali, na Indonésia, entre 3 e 14 de Dezembro de 2007, que teve lugar após a Mesa

Redonda, onde foi discutido o início de um processo negocial para um novo tratado que limite as emissões de GEEs, com o objectivo de garantir que não existe um hiato em termos de enquadramento político-económico para as alterações climáticas, quando terminar o primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quioto, em vigor até 2012;

- O facto da UE ter assumido como uma das suas principais prioridades a tomada de medidas para atenuar as emissões de GEEs.

2.2. O Ambiente

As alterações climáticas constituem um dos principais desafios com que a Humanidade se defronta neste século. Oportunamente, o ano de 2007 tem sido excepcional no que toca à elevação desta temática às mais altas esferas políticas.

Neste âmbito, é relevante a prioridade que a Presidência Portuguesa da UE dedicou à temática das Alterações Climáticas, pois tem a consciência de que este é um dos principais desafios mundiais para o desenvolvimento, a segurança e a solidariedade.

É fundamental ter em conta que o combate às alterações climáticas é o mesmo combate da luta contra a pobreza e o sub-desenvolvimento, já que dessa forma se podem potenciar sinergias entre o desenvolvimento sustentável e o combate às alterações climáticas, de modo a alterar a própria estrutura do desenvolvimento.

A escala do desafio e o sentido de urgência na resposta, requerem um nível de cooperação internacional sem precedentes, envolvendo todos os países num esforço verdadeiramente comum e partilhado – ainda que diferenciado. Exige igualmente um elevado grau de integração de políticas públicas e um novo modelo de cooperação internacional para o desenvolvimento, visto que as capacidades dos países são diversas.

Cada vez mais os impactos das alterações climáticas colocarão em causa a segurança colectiva, o desenvolvimento das nossas economias, o bem estar das nossas sociedades e a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – que a comunidade internacional colocou no cerne dos seus esforços para promover o desenvolvimento.

Sabemos que os desafios das Alterações Climáticas afectam tanto aos países ricos como os países pobres, embora sejam estes últimos os mais vulneráveis e os menos responsáveis, pelo que se torna necessário procurar soluções de adaptação, em particular nas regiões do mundo onde as consequências são mais devastadoras (países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares e deltas).

Nas diferentes vertentes que envolvem esta questão, tais como a segurança energética, o desenvolvimento, o ambiente, a competitividade e a inovação, deverá ser tida em devida consideração a magnitude do desafio, a urgência da resposta e, em simultâneo, as oportunidades associadas.

A União Europeia tem como objectivo evitar que o aumento da temperatura média global exceda os 2° C acima dos níveis pré-industriais. Sabemos que acima desse limiar, os impactos das alterações climáticas e os custos de adaptação aumentam exponencialmente, ameaçando a produção de alimentos e a obtenção de água potável em algumas zonas do globo, impedem o desenvolvimento económico sustentável e aumentam os fluxos migratórios que, por si só, são potenciais geradores de conflitos.

Por isso, a União Europeia está empenhada na intensificação do combate às alterações climáticas a médio e longo prazo e na transformação da Europa numa economia de alta eficiência energética e com baixas emissões de GEEs. Neste contexto, para atingir tais objectivos têm vindo a ser desenvolvidos esforços relativamente ao reforço do Comércio de Licenças de Emissão e à expansão do seu âmbito a outros sectores (como por exemplo ao transporte aéreo), ao aumento da eficiência energética em todos os sectores da economia e à promoção do recurso às energias renováveis.

A Conferência de Bali para as Alterações Climáticas foi uma oportunidade para fazer progredir as negociações para o regime climático global, tendo em vista alcançar em 2009 um acordo para o pós-2012 que seja global e abrangente e que reflecta a urgência e a escala do desafio com que nos defrontamos.

É importante reconhecer que os países em desenvolvimento estão já a adoptar medidas para combater as alterações climáticas. Cabe à comunidade internacional definir os detalhes de um regime que reconheça, reforce e incentive mais contributos. Devemos procurar aumentar os níveis de acção não só a nível nacional mas também a nível regional e local.

Para esse efeito, os mecanismos de flexibilidade criados no âmbito do Protocolo de Quioto proporcionam um modelo inovador, sob o qual se pode construir uma resposta global que proporcione novas oportunidades. Estes mecanismos possibilitaram, nos últimos anos, o surgimento de um mercado de carbono global que permite gerar fluxos de financiamento da ordem dos 5 biliões de euros, o que não deixa de ser encorajador quando se enfrentam os desafios colocados pelas alterações climáticas.

Sabemos que o investimento necessário para combater as alterações climáticas é elevado quando comparado com os níveis de investimento e financiamento gerados pelo actual regime; mas pequeno quando comparado com as estimativas de crescimento do PIB mundial. Deste modo, a forma como dirigirmos o financiamento deverá estar atenta à criação de novas oportunidades.

Devemos continuar a trabalhar no sentido de criar um mercado de carbono verdadeiramente global e capaz de gerar financiamento e inovação ao nível dos sectores públicos e privados, promover o desenvolvimento e difusão de tecnologias à escala necessária e proporcionar a criação de emprego.

A política de Ajuda Pública ao Desenvolvimento deverá, assim, ajustar-se nos próximos anos para integrar de forma mais efectiva a dimensão “alterações climáticas”.

A questão do ambiente em África tem problemas graves e vários inimigos, tais como a pobreza, a exploração indiscriminada dos recursos naturais, a ganância desmedida dos dirigentes e a corrupção generalizada.

A pobreza é, sem dúvida, um grande problema e, como não se resolvem grandes problemas com pequenas soluções, a pobreza tem que ter uma grande solução. Neste contexto, foi referido que Portugal podia afirmar-se, caso apresentasse uma solução para a pobreza. Por exemplo, os países ricos poderiam aplicar uma taxa de 1% a todas as transações, a qual seria depois entregue às Nações Unidas para ser investida exclusivamente na educação e na saúde dos países pobres e subdesenvolvidos.

No que toca à preservação do ambiente em África, foi ainda referida a cada vez maior presença da China como um factor que vai agravar negativamente a situação, sendo mesmo considerada catastrófica devido à sede insaciável da China não só no que toca a recursos energéticos, como também à madeira com uma consequente intensificação da desflorestação.

Como a solução dos problemas relativos à preservação do ambiente passa necessariamente pela educação, a começar pelos jovens e de uma forma particular pelos governantes, a CPLP em colaboração com o Ministério do Ambiente está a formar pessoas para as consciencializar. O Brasil tem um programa ambiental escolar. No próximo ano, a CPLP vai organizar uma conferência sobre energias renováveis – “As energias renováveis no mundo da CPLP”.

2.3. A Energia

A questão da energia não está isolada. A energia e o ambiente (leia-se alterações climáticas) andam de mãos dadas, sendo a energia o factor principal das alterações climáticas, responsável por 80% da emissão de GEEs. Sem esforços reais para reduzir a emissão destes gases, a temperatura global subirá vários graus, o que terá consequências catastróficas.

Embora a UE tenha vindo a assumir um papel de liderança no combate às alterações climáticas e esteja fortemente empenhada na redução das emissões de GEEs, é sabido que no caso de se manterem as práticas energéticas actuais, em vez de serem reduzidas tais emissões, em 2030 poderão ter um acréscimo de 5%.

É por isso necessário um grande esforço e o cumprimento de políticas de redução do consumo, de eficiência energética e de intensificação do uso de energias renováveis. Em particular no domínio dos transportes, onde o aumento do tráfego aéreo e do parque automóvel só poderão ser sustentáveis se a tecnologia conseguir uma maior redução do consumo e das emissões de dióxido de carbono.

A Agência Internacional da Energia prevê um aumento da procura global de petróleo de 1/3 até 2030. No caso da UE, se as actuais políticas se mantiverem, a dependência das

importações passará de 50% para quase 67% em 2030, sendo necessário importar cerca de 84% do gás e 93% do petróleo que será consumido pelos Estados-Membros.

Há países da UE que dependem de um só fornecedor, o que representa uma vulnerabilidade extrema num quadro de crises, de acidentes e de condicionamentos político-estratégicos (a Rússia tem feito o que quer, porque neste momento a UE não tem alternativas).

A dependência da UE cada vez maior no que toca à importação de energia, ameaça não só a segurança do abastecimento como também implica um acréscimo dos preços, com indesejáveis reflexos na competitividade das empresas europeias.

A factura energética significa uma transferência de dinheiro dos países europeus. Enquanto os europeus tiverem que pagar mais pela energia, serão graves as consequências no que toca à poupança e a criação de emprego na UE ficará estagnada.

No entanto, o aumento do investimento na eficiência energética, nas energias renováveis e nas novas tecnologias terá benefícios alargados e um forte impacto na estratégia de crescimento e aumento de emprego na UE. Tal iniciativa reduzirá as despesas nas importações, será globalmente benéfica para a economia europeia e a eficiência energética poderá mesmo transformar-se a médio prazo num “*cluster*” próspero da economia europeia.

2.4. A política integrada Clima / Energia da UE

O aquecimento global, em conjunto com a necessidade de garantir a segurança do abastecimento, bem como o aumento da competitividade das empresas europeias, levou o Conselho Europeu a aprovar em Março de 2007 uma política integrada para o clima e a energia – Política Europeia da Energia –, visando os seguintes objectivos:

- Aumentar a segurança do abastecimento;
- Garantir a competitividade das economias europeias e a disponibilidade de energia a preços aceitáveis;
- Promover a sustentabilidade ambiental e combater as alterações climáticas.

No que se refere à “Protecção Climática”, o Conselho Europeu para além de sublinhar o papel de liderança da UE na promoção de acções de intervenção colectiva, nomeadamente no que toca à adesão ao Protocolo de Quioto e às iniciativas que vierem a resultar da Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas realizada no final de 2007, chamou a atenção para a necessidade dos países desenvolvidos, no seu conjunto, reduzirem até 2020 as emissões de GEEs em 30% relativamente aos níveis verificados em 1990.

Por outro lado, até ser alcançado um acordo pós-2012 (o que desejavelmente deverá suceder em 2009) e sem prejuízo da sua posição nas negociações internacionais, a UE comprometeu-se unilateralmente a alcançar uma redução das emissões de GEEs de pelo menos 20% em 2020 relativamente aos níveis verificados em 1990.

O Conselho Europeu decidiu também abordar os países em vias de desenvolvimento tendo em vista a contenção da intensidade das emissões de GEEs devidas ao seu desenvolvimento económico – responsabilidades comuns, embora diferenciadas.

Ainda no âmbito das medidas relativas à “Protecção Climática”, o Conselho Europeu incumbiu a Comissão de rever o *Emissions Trade Scheme* (mercado de carbono europeu) tendo em vista o aumento da sua transparência e aplicação.

Realçou também a necessidade de uma política de transportes eficiente, segura e sustentável, sendo importante prosseguir as acções tendentes a aumentar a eficiência ambiental do sistema de transportes europeu.

No tocante à “Política Energética”, o Conselho Europeu adoptou um Plano de Acção para o período de 2007-2009, abrangendo diversas acções nas seguintes áreas prioritárias:

- Mercado interno de gás e electricidade;
- Segurança do abastecimento;
- Política energética internacional;
- Eficiência energética e energias renováveis;
- Tecnologias energéticas.

2.5. A Segurança

O continente africano é caracterizado por uma instabilidade crónica que a pobreza generalizada vem agravar. África é um local propício para o recrutamento de jovens para o terrorismo e para instalar campos de treino clandestinos.

A sua segurança passa pela formação de estruturas africanas capazes de intervir nos seus territórios, tal como foi preconizado pelo Conselho de Segurança da ONU numa resolução que aponta no sentido da criação de Forças com capacidade de intervenção nos seus próprios conflitos. A responsabilização das Forças Armadas africanas deve ser progressiva e desenvolvida com a cooperação da UE.

A Paz e a Segurança são uma questão central na definição da estratégia conjunta UE-África e a operacionalização da Arquitectura Africana de Paz e Segurança colocará África no caminho da resolução das suas crises e conflitos.

A CPLP tem vindo a intervir, de uma forma discreta, num dos Estados mais frágeis de África de forma a evitar que a situação se agrave. Existe dentro da CPLP uma activa cooperação militar/defesa, que inclui exercícios periódicos, e uma cooperação visando políticas de boa governação (exemplo: a CPLP tem patrocinado a observação de processos eleitorais).

A actualidade crescente das questões enunciadas para a interligação entre segurança e desenvolvimento remetem para estratégias articuladas e respostas coerentes incluindo os

instrumentos da segurança e os instrumentos do desenvolvimento através da coordenação multilateral de esforços.

Os riscos, ameaças e desafios em matéria de segurança e de estabilidade internacional remetem-nos para um novo conceito alargado de segurança que inclui a segurança do Estado e a “segurança humana”.

(1) As Alterações Climáticas, a Paz e a Guerra

Num primeiro nível, as consequências físicas das mudanças climáticas dão origem a efeitos sócio-políticos indirectos: diminuição nos níveis de subsistência das populações; carências alimentares; incremento da tensão social; dificuldade no acesso a água potável; diminuição do comércio; declínio nos indicadores de saúde humana; aumento da pobreza; redução da segurança física e incremento das migrações das populações.

Ao nível das respostas, existem dois tipos de situação. Na primeira, uma situação de boa governação, é possível promover ou reforçar a boa governação e um planeamento integrado para o processo de adaptação à nova situação de crise tendo em vista a redução dos riscos de conflito violento e a criação de condições de segurança favoráveis às acções de reconstrução. Dá-se uma adaptação sustentada e não violenta às consequências das alterações climáticas. A consequência é o Reforço da Boa Governação.

Uma segunda situação decorre da má governação e de instituições frágeis ou ausentes, com padrões de alta conflitualidade, do que normalmente resulta o conflito violento. Impede a diminuição dos efeitos das alterações climáticas, bloqueia a adaptação às suas consequências, provocando ao mesmo tempo a regressão nos índices de desenvolvimento humano e o desencadeamento de tensões sociais. Num estágio seguinte, a situação resultante dá lugar à exacerbação dos impactos naturais e das consequências indirectas da alteração climática: enfraquecimento das estruturas de governo e administração seguido da repetição indefinida dos ciclos de conflito violento.

Podemos isolar os quatro elementos de risco de conflitualidade – instabilidade política, fragilidade económica, insegurança ligada à falta de alimentos e migrações em larga escala.

É um problema que coloca em interacção ambiente e conflitualidade e que poderá ter uma resposta comum. A criação de segurança e adaptação às alterações climáticas abarcam métodos de actuação concorrentes e envolvem a estruturação político-social.

Estamos perante a questão central dos Estados frágeis nos quais a má governação e as guerras civis constituem factores de erosão que pode conduzir ao colapso das instituições estatais.

Nos Estados em colapso, podem ser necessários instrumentos militares para restabelecer a ordem e instrumentos humanitários para fazer frente à crise imediata.

(2) Estratégia integrada para a Segurança e Desenvolvimento

A intervenção em Estados em colapso e em conflitos regionais carece de respostas integradas e multidisciplinares, conjugadoras de meios – militares, policiais, judiciais, serviços de informações e outros – e de instrumentos políticos, diplomáticos, económicos.

É necessário estabelecer as condições de segurança e estabilidade para que as organizações e agências internacionais, as autoridades locais e a sociedade civil actuem integrados no âmbito de um processo de reconstrução, transição política e de abertura para um desenvolvimento económico sustentado.

A actuação dos Estados e das organizações de segurança e defesa apoia-se, como referido, em instrumentos de natureza política, diplomática, militar e económica adequados, integrando capacidades militares e civis.

O desafio importante está na unidade de comando e integração do planeamento e da execução quando estamos em presença de diferentes organizações internacionais, Estados, agências governamentais e não governamentais.

Quando se evoca a necessidade de uma actuação integrada é necessário ir além dos protocolos de coordenação e controlo assinados pelos diferentes actores para que se possam ultrapassar os importantes problemas de comunicação, coordenação, harmonização e mesmo de confiança, caso por exemplo da relação de organismos governamentais militares e civis com ONG e com as autoridades e as comunidades locais.

Nesta linha preconiza-se que um Plano de Acção:

- seja integrado e multidisciplinar tendo em conta a realidade dos Estados do ponto de vista sócio-político, o contexto económico e as dinâmicas conflituais, executando estratégias de segurança e desenvolvimento e incluindo as respostas às mudanças climáticas;
- traduza o levantamento das consequências sociais e políticas das alterações climáticas e aumente os conhecimentos e as competências nesta área, interagindo no âmbito da cooperação internacional com as comunidades locais, governos nacionais e organizações regionais e aumentando o conhecimento e a qualidade das políticas;
- desenvolva as competências necessárias à boa governação dos Estados e ao processo *state building* que tem como objectivo final a criação das capacidades necessárias para que uma comunidade política autónoma possa garantir a sua independência, a sua soberania, a sua integridade territorial;

- potencie as experiências Europeias e Africanas no âmbito do Reforço das Capacidades, dos processos de Reforma do Sector da Segurança (RSS) e do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). É fundamental a implementação de um processo de análise e lições aprendidas que materialize numa base de dados comum UE-UA o vasto manancial de experiência na resolução de conflitos e na ajuda humanitária;
- tire partido da parceria estratégica fundamental entre a UE e a NATO, no âmbito da gestão de crises, assegurando o reforço mútuo do desenvolvimento das capacidades militares e civis.

Merece referência particular e exemplar o caso português, com a experiência da Cooperação Técnico-Militar e a criação do Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA), tendo por base o documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”. Portugal tem contribuído, no âmbito mais restrito da Defesa e Forças Armadas, para o conceito actual e mais abrangente de Reforma do Sector da Segurança.

3. A Cimeira UE-África

A realização da Cimeira UE-África, na qual os temas das alterações climáticas, da energia e da paz e segurança fazem parte da Estratégia Conjunta e do Plano de Acção, leva-nos às seguintes considerações:

- A Cimeira UE-África poderá assumir uma relevante importância estratégica, caso venham a ser adequadamente equacionados:
 - os efeitos das alterações climáticas e da gestão dos recursos energéticos;
 - a ligação entre migrações e políticas de ajuda ao desenvolvimento;
 - as importantes mudanças geopolíticas, em particular no que toca ao papel que a China tem vindo a assumir no seu relacionamento com África;
- As consequências das alterações climáticas afectam todos os países e regiões do globo, independentemente da responsabilidade de cada um e com maior gravidade em geral para os menos desenvolvidos;
- O 4º Relatório do IPCC refere que a estabilização das emissões de gases com efeito de estufa pode conseguir-se com um portfólio de tecnologias que já existem ou estão em fase de desenvolvimento. No entanto, os países mais ricos devem ajudar os mais pobres, que são aqueles onde os efeitos das mudanças climáticas serão mais dramáticos;
- A utilização das novas tecnologias e de energias renováveis em África tem de ter em conta a situação específica de cada país:
 - A África possui em geral condições muito favoráveis para a exploração de energias renováveis, em alguns casos pela utilização directa da energia solar, noutros pela utilização de recursos hídricos;

- A energia eólica, contudo, só poderá ser utilizada quando existirem volantes energéticos ou necessidades permanentes cujo perfil de consumo aceite uma produção irregular (v.g. dessalinização);
- A utilização da biomassa e a produção de biocombustíveis só será aceitável se não afectar as culturas alimentares ou produzir combustíveis de 2ª geração. O relatório das Nações Unidas para o direito à alimentação declarou recentemente – “os biocombustíveis podem ser um crime contra a humanidade” – e defendeu uma moratória de cinco anos para desenvolver tecnologias para a produção de biocombustíveis a partir de resíduos;
- Nas Jornadas Europeias do Desenvolvimento realizadas recentemente em Lisboa, foi abordado o tema das alterações climáticas e ficou claro que as suas consequências anunciam secas, inundações e fenómenos meteorológicos extremos que não só terão particular intensidade nas regiões tropicais como é aí que vive uma população mais vulnerável a essas catástrofes. Nesses países, a economia está muito dependente dos recursos naturais que serão os primeiros a ser afectados face a condições meteorológicas extremas. Não há um estado social e morre-se de fome e de doenças ligadas à insalubridade. É por estas razões que as alterações climáticas são também um problema de subdesenvolvimento;
- As condições extremas acima referidas justificam a inclusão nas missões de Forças Africanas para intervenção em situação de crise, conflito e missões humanitárias, a capacidade de resposta a grandes catástrofes, em conjugação com forças e meios internacionais no âmbito da UE e das Nações Unidas.

3.1. Os objectivos da Cimeira

O diálogo entre a UE e África não tem dado muito resultado, do ponto de vista dos objectivos de desenvolvimento do Milénio. Se atendermos às conclusões da Cimeira de Joanesburgo sobre o desenvolvimento sustentável, que ocorreu em 2002, o balanço destes 5 anos que entretanto já passaram revelam esta situação. Sobretudo em África, pouco foi feito no âmbito do combate à pobreza e à protecção do ambiente. O número de pessoas que ganham menos de um dólar por dia é cada vez maior e o ambiente continua a degradar-se.

Entretanto, existe uma grande desconfiança quanto à forma como é feita a gestão dos dinheiros que são destinados à África (quer pelos governos locais quer pelos intermediários).

O volume da ajuda pública ao desenvolvimento não responde às necessidades africanas. Esse tipo de ajuda não é o fundamental, não é a solução. Se os Africanos exportassem mais 1% ou 2%, teriam mais dinheiro para proteger a sua agricultura,

O programa da Cimeira UE-África tem por base uma Estratégia Conjunta onde o “ambiente” é tratado no capítulo “alterações climáticas”, sendo insuficiente a prioridade

dada a este assunto. Para além disso fica a dúvida sobre a eficiência dos mecanismos que darão continuidade depois da conferência.

Na Estratégia Conjunta e no Plano de Acção do Programa da Cimeira estão identificados os objectivos e compromissos comuns mas, igualmente, medidas concretas para responder aos desafios actuais e futuros.

O objectivo é dotar as relações entre a UE e África de um quadro global assente em quatro grandes pilares orientadores:

- estabelecer uma relação de continente para continente, tratando África como um todo (ir para além da fragmentação);
- estabelecer uma relação de natureza mais política, indo para lá do tradicional ponto de partida que é a ajuda ao desenvolvimento;
- ir para além das instituições, isto é, alargar o leque de intervenientes a participar na implementação e acompanhamento da Estratégia;
- tratar, a par do desenvolvimento do continente africano, as preocupações comuns de ambos os continentes e colaborar na procura de soluções para as questões relacionadas com a governação global.

De facto, a percepção generalizada de que existe um conjunto de desafios relativamente aos quais os blocos sub-regionais se revelam incapazes de desenvolver soluções satisfatórias tornou evidente a necessidade de desenvolver novas formas de cooperação. Tratam-se precisamente de desafios em matérias como as que aqui abordamos – paz e segurança, efeitos das alterações climáticas ou gestão dos recursos energéticos, que requerem uma acção concertada por parte da comunidade internacional, devendo ser equacionados numa perspectiva também global.

Assim, para além da relação bilateral entre a UE e África, a Estratégia Conjunta abrange as grandes áreas de interesse comum – paz e segurança, governação e direitos humanos, comércio e integração regional e desenvolvimento. São questões interligadas, importantes no relacionamento bilateral, mas são igualmente questões de governação global.

O Plano de Acção, que define os acordos de parceria que ambas as partes se comprometem a implementar nos próximos três anos, prevê 8 Parcerias:

- Paz e Segurança;
- Boa Governação e Direitos Humanos;
- Comércio e Integração Regional;
- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- Energia;
- Alterações Climáticas;
- Migrações, Mobilidade e Emprego;
- Ciência, Sociedade de Informação e Espaço.

3.2. A especificidade da UE em relação ao Ambiente, Energia e Segurança

A UE é constituída por 27 países que se situam entre os mais desenvolvidos do mundo e são, por isso, dos maiores consumidores de combustíveis fósseis. No seu conjunto estão entre os maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito de estufa, depois dos EUA, com a China e a Índia a aproximarem-se.

A UE não possui recursos energéticos próprios suficientes para as suas necessidades e encontra-se assim numa situação de dependência crítica da Rússia e dos países da OPEP. Tem uma política energética de médio/longo prazo para encontrar fontes alternativas não poluentes que demorará o seu tempo a desenvolver-se, mas não se entende para constituir um bloco negocial de consumidores e poder discutir com os produtores porque entre os 27 a situação e os interesses são muito variados e cada um prefere defendê-los à sua maneira.

Os países da UE têm objectivos ambiciosos para diminuir as emissões de gases de efeito de estufa e situam-se por isso entre os mais responsáveis.

Em relação a África, a UE tem consciência das suas responsabilidades globais na ajuda ao desenvolvimento e na procura de uma estratégia conjunta benéfica para os dois continentes mas, embora não o afirme explicitamente, também deseja garantir a satisfação de parte das suas necessidades energéticas e desenvolver a compra de créditos de carbono a países africanos.

3.3. A especificidade de África em relação ao Ambiente, Energia e Segurança

Temos evoluído pouco naquelas áreas onde é possível casar o ambiente com as actividades económicas. Onde se emite menos dióxido de carbono e onde é mais fácil, mais barato e mais eficiente fazer reduções dessas emissões.

A ideia do mecanismo de desenvolvimento limpo (*Clean Development Mechanism*), em que os países ricos aderentes ao Protocolo de Quioto e que ultrapassam os limites das suas emissões pagam a países em vias de desenvolvimento projectos que conduzam à redução de emissões, não tem tido em África a adesão e impacto desejáveis. Os países africanos, na sua grande maioria, não têm uma estrutura institucional capaz de lidar com o mecanismo de desenvolvimento limpo e os países compradores de créditos de carbono, que necessitam ter confiança nos projectos, preferem negociar com a China, Índia ou América Latina, passando ao lado da África.

“A UE fala mais do que faz. Muitos Protocolos e pouca obra. Poucos países africanos ratificaram esses protocolos e organizaram as suas comissões. Nem todos os PALOP’s ratificaram o Protocolo de Quioto!”

A Europa e principalmente Portugal, deviam estar, conjuntamente com África, à procura de mecanismos mais fortes. Fizemos um fundo de carbono próprio justificado pela relação com África, mas temos que estimular essa relação. Um exemplo é Angola, que podia ser campeão da venda de créditos de carbono em África. Outro exemplo, é a ajuda que

poderíamos dar aos países que estão a construir as suas redes eléctricas no sentido de encontrar soluções alternativas para que o seu desenvolvimento futuro fosse baseado na produção de energias limpas.

Em África encontramos enormes reservas de energia, muitos recursos que podem ser transformados em energia. O próprio desenvolvimento dos países africanos implica uma corrida aos recursos energéticos de África. O mesmo se passa com a China e por isso mantém-se em silêncio quanto aos governos (corruptos, autoritários) com quem assina contratos. A corrida da China (e de outros) aos recursos energéticos de África não é estável, nem duradoura, é criadora de instabilidade. Para a UE a solução passa pelo diálogo, por parcerias com regimes estáveis e com boa governação, que respeitem os princípios, o estado de direito. Só com este tipo de actores é que podemos ter interlocutores válidos, com quem seja possível dialogar.

Quais os desafios? A pobreza, a ganância desmedida (comprador/vendedor), a corrupção e até a incompreensão de algumas especificidades africanas. Foi citado como exemplo o caso do “forno de energia solar” que não singrou em África talvez porque a sua concepção não teve em devida conta as necessidades locais, mas também devido a algum desinteresse e deficiente divulgação.

4. Reflexões finais

O nexa desenvolvimento/segurança emerge como um elemento central do diálogo e parceria UE-África. É consensual a ideia de que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz nem segurança e de que sem desenvolvimento e erradicação da pobreza não haverá uma paz duradoura.

Viver num mundo mais seguro é fundamental para que consigamos concretizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, mas também é verdade que se não forem resolvidos os problemas do desenvolvimento, em muitas regiões do mundo, a paz e a estabilidade não passam de mero plano de intenções.

Em termos concretos, um dos três grandes objectivos da Parceria sobre Paz e Segurança para o período inicial 2008-2010 diz respeito à definição e implementação de posições e abordagens comuns relativamente aos desafios nesta área, na Europa, em África e globalmente, a par de uma maior cooperação e influência nos fora internacionais. Embora não constituindo, per si, uma verdadeira inovação, há, a este nível, uma viragem nítida na abordagem, ao estabelecer-se um diálogo sistemático e regular sobre todos os assuntos relacionados com a paz e segurança, incluindo as suas causas, bem como a abertura de espaço para a utilização de novos instrumentos de análise como a “*conflict sensitivity analysis*”.

O aspecto mais importante a considerar em termos de “*conflict sensitivity analysis*” prende-se com a importância de perceber o contexto em que se opera e, em particular, em

compreender as raízes dos conflitos, equacionando-as e procurando eliminá-las quando se implementa determinado projecto. São múltiplos os métodos passíveis de serem utilizados na identificação do impacto de projectos.

Paralelamente a esta abordagem transversal, as implicações em matéria de segurança e de desenvolvimento das alterações climáticas e da gestão do ambiente e dos recursos naturais são tratadas em Parcerias específicas.

Identificando-se três vertentes fundamentais – a da produção, a do consumo e a do papel dos recursos energéticos na estabilidade/conflitualidade dos Estados – no centro da Parceria sobre Energia, situa-se uma preocupação comum relativa à segurança energética, ao acesso à energia e às alterações climáticas. Para além de um diálogo reforçado nestes domínios, pretende-se um aumento dos investimentos africanos e europeus em infra-estruturas energéticas mas em sentido lato, ou seja, incluindo a promoção de energias renováveis, da eficiência energética e da gestão das fontes energéticas, bem como de políticas orientadas para a protecção do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável, tanto do lado da oferta como do lado da procura.

Por seu turno, a cooperação entre África e a UE em matéria de sustentabilidade ambiental e de alterações climáticas repercutir-se-á positivamente em termos de crescimento económico, criação de emprego, estabilidade social e de reforço das capacidades em matéria de adaptação e mitigação dos efeitos negativos das alterações climáticas. A abordagem é, assim, naturalmente abrangente, procurando responder a desafios em matéria de segurança alimentar, agricultura sustentável ou gestão de terras, cobrindo um vasto número de áreas correlacionadas como a degradação dos terrenos, a desertificação, a preservação da biodiversidade, tratamento de lixos tóxicos, gestão e uso de recursos naturais ou observação meteorológica e sistemas de alerta precoce.

Deve ser destacado, ao nível das actividades a desenvolver em matéria de Ambiente, a coordenação de posições tendo em vista as negociações para um acordo global pós-2012, a facilitação da participação dos países africanos no mercado global do carbono e a iniciativa de combate à desertificação das regiões do Sahara e Sahel.

Outro aspecto importante e comum é o reconhecimento de que as Parcerias, para serem eficazes, sobretudo nas áreas em apreço devido à natureza dos desafios a que procuram responder, devem reflectir um equilíbrio entre os compromissos assumidos por ambas as partes que altere a lógica unilateral e ‘assistencialista’ da relação UE-ACP. Importa por isso sublinhar o acordo africano quanto a uma crescente utilização dos dividendos da exploração de petróleo e de gás orientada para o desenvolvimento.

Não menos importante é o reconhecimento de que os compromissos políticos requerem mecanismos de implementação e acompanhamento para que se traduzam em algo mais que apenas boas intenções. Por conseguinte, sublinha-se que existe a noção clara de que uma verdadeira alteração na relação entre a UE e África só pode ocorrer caso se verifique

também uma apropriação efectiva do processo por via de uma nova moldura institucional, que prevê o reforço das instâncias da sociedade civil.

Paralelamente às medidas específicas a desenvolver que visam reforçar e capitalizar o papel da sociedade civil no contexto de cada uma das Parcerias, está previsto o estabelecimento de um grupo informal de peritos em cada uma delas, o qual tem precisamente por objectivo a sua implementação, estando aberto à participação de um largo espectro de intervenientes: Parlamentos Europeu e Africano, autoridades locais e descentralizadas, sociedade civil africana e europeia, organizações sub-regionais africanas, instituições de investigação, organizações e instituições internacionais especializadas e o sector privado.

Estes conceitos e mecanismos constituirão sem dúvida uma das vias privilegiadas para, no futuro, incorporar os diferentes contributos da sociedade civil, como é o caso dos comentários e sugestões avançados nesta Mesa Redonda, incluindo a identificação de novas áreas de relevância para a agenda UE-África.

Por último, regista-se o entendimento de que embora as mudanças profundas não ocorram de um dia para o outro, assistimos a um momento de transformação nas relações entre os dois continentes. O desafio está em sermos capazes de aproveitar esta oportunidade, iniciando a implementação desta nova visão estratégica para o diálogo euroafricano.

IDEIAS – FORÇA

- *A Cimeira UE-África não garante certamente todas as soluções para todos os problemas, mas é uma excelente iniciativa, por ser um momento de reflexão para que todos possam conversar de uma forma aberta, numa profícua relação bilateral entre os dois continentes.*
- *A desejável cooperação entre a UE e a África em matéria de sustentabilidade ambiental deve repercutir-se positivamente no que toca ao crescimento económico, criação de emprego, estabilidade social e de reforço das capacidades em matéria de adaptação e mitigação dos efeitos negativos das alterações climáticas.*
- *Não poderemos deixar de ter em conta que os problemas do subdesenvolvimento e da ignorância que afectam um grande número de países africanos levarão gerações a serem resolvidos. Contudo, neste domínio merece ser sublinhado o acordo africano quanto a uma crescente utilização dos dividendos da exploração de petróleo e de gás orientada para o desenvolvimento.*
- *No domínio do ambiente é patente a maior vulnerabilidade dos países subdesenvolvidos para fazerem face aos efeitos das alterações climáticas e a acrescida responsabilidade dos países mais poluidores na procura de soluções, em particular para as regiões onde as consequências são mais devastadoras.*
- *Num mundo globalizado, em que tudo afecta todos, é imprescindível encontrar mecanismos que garantam a segurança, sendo premente, no domínio da energia, encontrar soluções que não afectem o ambiente e reduzam o consumo e a dependência dos combustíveis fósseis, o que necessariamente envolve o aumento da eficiência energética e a utilização de energias renováveis e não poluidoras.*

ANEXO

O Ambiente, a Energia e a Segurança na Cimeira UE-África

– MEMORANDO –

Este documento, elaborado pelo EuroDefense-Portugal, foi distribuído previamente a todos os participantes.

1. O Continente Africano e o Subdesenvolvimento

O continente africano é aquele em que os fenómenos ligados ao subdesenvolvimento são mais críticos e chocantes e que no mundo globalizado em que vivemos, mais suscitam a preocupação da comunidade internacional.

Não podemos olhar para África como uma entidade homogénea. Existem várias Áfricas diferenciadas e com problemas distintos e em diferentes estádios de desenvolvimento. Temos o Norte de África mais perto da Europa e mais desenvolvido, o deserto que separa essa África mediterrânica da África negra, os Países das zonas equatoriais mais húmidos e florestados, o corno de África mais instável e conflituoso, o sul da África ainda a digerir problemas de integração racial, enfim um mosaico de raças, de religiões, de culturas que procura encontrar formas de coexistir e cooperar numa União Africana que começa a dar os primeiros passos.

Essas diferenças não impedem que, de um modo geral, a África seja um continente que não acompanhou nas últimas décadas os níveis de desenvolvimento que se verificaram nos outros continentes e onde por isso a pobreza, as doenças endémicas, a sobrepopulação, a mortalidade infantil e a degradação ambiental se têm mantido ou até agravado.

Houve tempos em que alguns responsáveis políticos das grandes potências, cinicamente, consideravam África um continente perdido, com governos e elites dirigentes corruptos e incapazes, que mais valia abandonar à sua sorte e que apenas interessava explorar como reservatório de matérias primas.

Contudo, as grandes reservas de matérias primas existentes em África, suscitaram a cobiça dos grandes países, carentes desses recursos e levaram-nos, separadamente, a estabelecer acordos com as elites dirigentes, que lhes permitiram ter acesso a essas riquezas, a troco de financiamentos, empréstimos e construção de infra-estruturas, por vezes incluindo esquemas de corrupção.

Por outro lado, a crescente consciência de que vivemos todos no mesmo planeta, e as crises, os conflitos, as migrações, os refugiados, a pobreza extrema, são fenómenos que extravasam para o exterior indo assim reflectir-se e afectar outros países de outros continentes – uns mais, outros menos – levaram a comunidade internacional a compreender que tinha de agir, para conter uma situação crítica que pode tornar-se explosiva.

A Europa é o continente mais directamente afectado pelos problemas do continente africano, mas é também, no conjunto dos países que a compõem, a região do mundo onde por razões históricas e culturais, existe uma maior sensibilidade para os valores da solidariedade e da entre-ajuda entre os povos, que resulta também da natureza democrática e do respeito pelos valores humanos dos regimes políticos que governam a generalidade dos países Europeus.

Numa primeira fase, as antigas potências coloniais Europeias, estabeleceram programas e mecanismos de ajuda e cooperação com as suas antigas colónias que têm vindo a evoluir para programas de apoio ao desenvolvimento numa óptica de interesses comuns e de vantagens mútuas para as duas partes, tendo a UE criado um programa específico de apoio aos países ACP. As Nações Unidas através das suas Agências (UNICEF, OMS, OMT, Refugiados e outras) têm vindo a estabelecer programas de apoio aos países africanos nas suas áreas especializadas, assim como o Conselho de Segurança, em consonância com a União Africana, procura intervir na resolução de crises e conflitos. Centenas de ONG's, Fundações, Institutos e outros tem realizado acções e programas de ajuda e apoio em múltiplas áreas em países do continente africano.

Contudo a dimensão e a diversidade dos problemas que se colocam, as conseqüências que se estão a verificar para os países limítrofes e o seu alastramento a nível mundial, evidenciam que o conjunto de todos os apoios e ajudas sejam insuficientes.

Acrescem ainda, os novos grandes problemas mundiais actuais, que citamos a seguir sem precedência hierárquica, porque todos estão interligados:

- As conseqüências para o ambiente resultantes das alterações climáticas;
- O consumo excessivo de combustíveis fósseis e as conseqüências ambientais;
- A segurança entendida em sentido lato e global, envolvendo também a energia e o ambiente.

2. A Cimeira UE-África (Conforme a orientação do MNE sobre a Cimeira)

A UE tem nos últimos anos diversificado o seu relacionamento com outros países e regiões mundiais: BRICs, América Latina, Ásia num esforço de gestão conjunta da globalização.

A África e os países africanos ficaram fora desse processo, constituindo um vazio estratégico no relacionamento entre as duas regiões.

A Cimeira UE-África pode assim constituir uma oportunidade para elevar a um novo patamar o relacionamento mútuo, cuja importância estratégica sintetizamos nos seguintes aspectos:

- Os efeitos das alterações climáticas e a gestão dos recursos energéticos;
- A ligação entre migrações e políticas de ajuda ao desenvolvimento;
- Os novos mecanismos institucionais em África (UA, NEPAD, gestão de crises);

- Importantes mudanças geopolíticas onde novos actores redefiniram o seu papel no mundo e o seu relacionamento com África.

A estratégia da UE definida em 2005, visava criar uma nova base de relacionamento entre os dois continentes, com um novo paradigma de diálogo estratégico que abordava questões globais (não apenas questões bilaterais) enunciando algumas áreas prioritárias: paz e segurança; direitos humanos e boa governação; ajuda ao desenvolvimento; crescimento económico; integração regional e comércio.

As conclusões do Conselho Europeu de 2007 referem Dezembro de 2007 como mês de realização da Cimeira e a adopção nessa ocasião da Estratégia Conjunta UE-África.

A tradução concreta de um novo paradigma de relacionamento UE-África encontra-se nos documentos que serão aprovados na Cimeira de Dezembro: A Estratégia Conjunta UE-África, o Plano de Acção e a Declaração de Lisboa.

Estes documentos pretendem reflectir a especificidade do relacionamento da Europa com a África, favorecendo os canais multilaterais e tratando de forma integrada as diversas dimensões do relacionamento, constituindo assim a diferença que a UE pode trazer, sobretudo em comparação com outros actores internacionais.

A nova parceria estratégica UE-África consegue-se com a identificação de interesses/objectivos comuns, a adopção de medidas concretas, compromissos de parte a parte e mecanismos de *follow-up*.

A Estratégia Conjunta (EC) é o documento base e identifica quatro áreas de interesse comum interligadas:

- Paz e Segurança;
- Governação e Direitos Humanos;
- Comércio e Integração Regional;
- Desenvolvimento.

O Plano de Acção é um documento onde constam as parcerias para os próximos 2/3 anos. Estão desde já previstas as seguintes áreas:

- Paz e Segurança;
- Governação e Direitos Humanos;
- Comércio e Integração Regional;
- Energia;
- Alterações Climáticas;
- Segurança Alimentar;
- Migrações;
- Ciência e Tecnologia.

A Declaração de Lisboa será um documento breve, no qual se salienta a alteração estratégica no relacionamento UE-África e as medidas mais emblemáticas.

3. A Cimeira UE-África e o Ambiente, a Energia e a Segurança

Entre os vários temas prioritários que vão ser abordados na Cimeira UE-África destacam-se a Paz e Segurança, a Energia e as Alterações Climáticas que de forma genérica designaremos a seguir por Ambiente, Energia e Segurança.

Pretende assim a UE assumir uma postura diferente de outros actores internacionais que privilegiam nas suas relações com África a exploração de matérias primas, a construção de infra-estruturas o comércio e os negócios. A UE pretende ajudar África a resolver os seus problemas estruturais numa óptica de interesse mútuo, porque se esses problemas não forem resolvidos, no mundo global onde vivemos, eles irão certamente reflectir-se em todo o planeta e em primeiro lugar na própria Europa.

A UE considera essencial tratar de forma integrada as diversas dimensões do seu relacionamento com África. Não é possível, por exemplo, separar o desenvolvimento, da boa governação, dos direitos humanos, das migrações e da segurança.

Embora tudo esteja relacionado é necessário começar por fazer aproximações sectoriais que para serem compreensíveis devem, tanto quanto possível, procurar estabelecer pontes, entre aquelas com mais afinidades, no caminho de uma abordagem global.

Porque no mundo de hoje, cada vez mais globalizado e interdependente, se colocam pela primeira vez com acuidade, problemas que põem em causa o equilíbrio do ecossistema planetário e a sobrevivência da espécie humana, estes assumem ao nível global a primeira prioridade.

Esta situação é caracterizada pelo facto das maiores responsabilidades pertencerem aos países mais desenvolvidos, embora as consequências a todos afectem, porventura com maior gravidade para os menos desenvolvidos.

Contudo para um problema global só uma solução global e esta passa por sacrifícios e limitações no desenvolvimento que a todos afectam, independentemente da responsabilidade individual de cada país.

Aqueles países que menos responsabilidade têm na situação presente, vão considerar que não é justo fazerem esses sacrifícios, mas a realidade exige que todos tenham de participar, porque se não o fizerem as consequências serão igualmente desastrosas para uns e outros.

Por isso nos parece importante abordar a relação entre o ambiente a energia e a segurança no continente africano e analisar como a UE poderá contribuir para encontrar as melhores soluções para esses problemas.

3.1. Os problemas ambientais no continente africano

Os problemas ambientais com que se debate o continente africano resultam do estágio de subdesenvolvimento dos países que o compõem e que podemos caracterizar da seguinte forma:

- Sobrepopulação que provoca consumo exagerado de recursos escassos disponíveis, como água e a cobertura vegetal, e desordenamento urbano em zonas de grande densidade populacional, favorecendo inundações e/ou conduzindo à desflorestação e desertificação;
- Carência de água e do seu tratamento e inexistência de saneamento básico o que favorece a transmissão de doenças e a degradação ambiental;
- Pouco aproveitamento dos recursos hídricos nas zonas húmidas e pluviosas e ausência de regularização dos caudais dos cursos de água;
- Desregrada utilização da queima da cobertura vegetal na época seca, também contribuindo para a desertificação;
- Desflorestação para comércio excessivo da madeira ou para utilização em culturas agrícolas que se destinam à exportação de produtos sem benefício para as populações locais;
- Possível substituição de culturas alimentares por culturas energéticas que podem agravar o problema da fome.

A UE pode com os seus recursos, a sua experiência, o seu domínio da tecnologia, ajudar a resolver ou a minorar alguns destes problemas, mas não podemos esquecer que os efeitos das alterações climáticas vão criar ou agravar outras situações que exigem, nas zonas mais vulneráveis às calamidades, medidas e sistemas de protecção adequados. Tudo isto envolve recursos imensos e verbas astronómicas, mas se nada fôr feito os custos das consequências directas e indirectas serão ainda maiores.

3.2. O consumo de energia no continente africano

É evidente que o consumo de energia no continente africano é o mais baixo per capita entre todos os continentes e, por isso, será aquele que menos contribui para o aquecimento global, embora os povos africanos estejam sujeitos às mesmas ou a piores consequências que os outros. Não obstante, existem situações de consumos energéticos desnecessários e perniciosos que deveriam ser evitados, como é o caso daqueles que conduzem à desflorestação pela queima de resíduos vegetais.

Alguns países africanos possuem grandes reservas de combustíveis fósseis que estão a ser consumidos principalmente por outros países. Tratando-se de recursos limitados, seria desejável que os proveitos daí resultantes fossem utilizados em benefício das populações locais, o que nem sempre acontece. Por outro lado, é necessário que as regras de segurança

na extracção e distribuição desses combustíveis sejam respeitadas para evitar acidentes com consequências ambientais.

A África possui condições muito favoráveis para a exploração de energias renováveis. Em alguns casos pela utilização directa da energia solar, noutras também pela utilização de recursos hídricos. Muito está por fazer e aí a Europa e em particular Portugal, poderiam dar um significativo contributo, até como forma de compensar os males das alterações climáticas que a África vai suportar.

Acima de tudo nos parece que a Europa podia ajudar a África a escolher as suas fontes de energia para o futuro e a organizar a sua articulação, de modo a rentabilizar recursos e minimizar impactos ambientais.

3.3. A segurança em sentido lato e global

A segurança, condição essencial para o desenvolvimento e também um anseio das sociedades humanas, assumiu um carácter global e multifacetado. A segurança que começou por ser entendida como a segurança física das pessoas e dos bens materiais evoluiu para a segurança das sociedades humanas e a estabilidade política e social em termos locais, regionais e mundiais e nas sociedades mais desenvolvidas, em termos individuais vão até à segurança na saúde, no emprego e na educação. Em relação aos países fala-se em segurança alimentar, em segurança energética e até na segurança dos transportes. Contudo vamos limitar-nos à segurança relativamente aquilo que possa pôr em risco a integridade física das populações e o regular funcionamento das instituições.

O que mudou foi sobretudo a ameaça, pela sua natureza (terrorismo, crise, conflitos étnicos, raciais, civilizacionais, sabotagem), pela forma clara ou difusa, pela diversidade, pela surpresa e principalmente perante as sociedades tecnológicas avançadas que são mais vulneráveis a quaisquer disrupções no seu funcionamento.

A esta dimensão nova da segurança, acresce agora a ameaça do aquecimento global provocado pelas alterações climáticas e resultante do consumo descontrolado dos combustíveis fósseis, um recurso limitado onde estamos a delapidar em dezenas de anos o que levou milhões de anos a acumular. Essas consequências traduzem-se no imediato, no aumento da frequência das calamidades e da sua maior intensidade, principalmente secas, furacões, inundações. A segurança no abastecimento de combustíveis fósseis também se coloca em África, principalmente à medida que o preço do barril de petróleo aumenta.

Temos assim de considerar, no caso do continente africano, além dos problemas intrínsecos resultantes do seu estágio de subdesenvolvimento, os novos problemas de segurança, entendida em sentido global e incluindo as consequências das alterações climáticas ligadas ao consumo de energia.

A resposta a estas situações exige meios e recursos que só a ajuda internacional pode proporcionar, mas é indispensável que ao nível local e regional comecem a organizar-se estruturas e sistemas de intervenção imediata.

Assim como a UA evolui no sentido de organizar forças africanas para intervenção em situação de crise, conflito e missões humanitárias, que se irão articular com apoios internacionais no quadro das Nações Unidas, é altura de incluir nessas missões a capacidade de resposta a calamidades como a grandes catástrofes. A experiência da UE na organização de forças de intervenção em situações de crise e missões humanitárias pode ser então muito útil.

Mesa Redonda

Associação Industrial Portuguesa – EuroDefense-Portugal

Participantes:

Dr.^a Alexandra Ferreira de Carvalho

Dr. José Eduardo Martins

Comendador Henrique Neto

Dr.^a Elisabete Cortes Palma

TGen. António Fontes Ramos

Cor. Carlos Coutinho Rodrigues

Embaixador José Tadeu Soares

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: (351) 21 360 10 00
E-mail: info@aip.pt
Site: www.aip.pt

EURODEFENSE-PORTUGAL

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: (351) 21 360 11 15
E-mail: eurodef@aip.pt
Site: eurodefense.aip.pt